

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 11 DE SETEMBRO DE 2024

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional nesta quarta-feira (11 de setembro), para deliberação sobre a escalada das ações de mobilização da nova fase iniciada no dia 5 de setembro.

Em assembleia realizada no dia 4 de setembro, os mais de 3.850 Auditoras e Auditores-Fiscais ativos e aposentados votantes deliberaram pelo início imediato de Dias Sem Computador na Zona Secundária, a partir do dia 5/9 e nos dias 6, 10 e 12 de setembro. Para a Zona Primária, a categoria aprovou Operação-Padrão em 5 e 6 de setembro. Ainda foi deliberada a não participação em reuniões e treinamentos.

Nesta segunda (9), Direção Nacional e Mesa do CDS se reuniram pela manhã com cerca de 50 presidentes ou representantes das Delegacias Sindicais e, à tarde, com Auditores-Fiscais aduaneiros, para avaliar os resultados e discutir o incremento das ações de mobilização para os próximos dias. De acordo com relatos de presidentes de DS presentes à reunião, a adesão aos Dias Sem Computador tem sido crescente e há um envolvimento cada vez maior das bases na mobilização. Nas Aduanas, o destaque foi para Uruguaiana cujas ações de impacto repercutiram na mídia nacional, além de Foz do Iguaçu. A partir de nota divulgada à imprensa pela Direção Nacional, veículos como O Estado de São Paulo e UOL destacaram a Operação-Padrão realizada.

CENÁRIO RECENTE: A categoria decidiu, em 12 de julho, entrar em estado de mobilização para enfrentamento do governo federal por quebra do acordo, por parte do Ministério de Gestão e Inovação (MGI), para instalação da Mesa Específica e Temporária dos Auditores-Fiscais. Agora, as Auditoras e os Auditores-Fiscais se reúnem novamente para intensificar as ações de mobilização enquanto, em frente paralela, a Direção Nacional trabalha em forte articulação política com atores de

influência sobre o MGI, como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, entre outros.

Desde o aquela data, uma série de ações de mobilização foram realizadas. Mais de 900 Auditores participaram das cinco reuniões setoriais promovidas pela Direção Nacional. Mais de 400 Auditores-Fiscais ativos e aposentados realizaram um Ato Público em Brasília, no dia 31 de julho, durante o qual a Direção Nacional e a Mesa do CDS estiveram reunidos com os ministérios da Fazenda e da Gestão e da Inovação para levar, mais uma vez, as reivindicações da categoria.

Foram realizadas também reuniões de Delegacias Sindicais com superintendentes, superintendentes-adjuntos e delegados da Receita Federal para reivindicar apoio à luta pela instalação da Mesa Específica. Durante a reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) em Salvador, mais de 50 conselheiros e observadores foram à Superintendência da 5ª Região Fiscal. E ainda, a Direção Nacional apresentou a pauta reivindicatória durante a Reunião de Avaliação Estratégica 2024 da Receita Federal, presidida pela secretária-adjunta, Auditora-Fiscal Adriana Gomes Rêgo, com a presença de todos os subsecretários e superintendentes.

CONSIDERAÇÕES DOS INDICATIVOS 1 A 2

Em 23 de agosto, Direção Nacional e Mesa do CDS se reuniram mais uma vez com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério de Gestão e da Inovação (MGI), para exigir do governo federal a abertura da Mesa Específica e Temporária dos Auditores-Fiscais. Apesar da pressão dos Auditores presentes à reunião, o secretário José Lopez Feijóo insistiu na tese, completamente equivocada, de que a pauta remuneratória da categoria havia sido atendida quando foi regulamentado o bônus de eficiência.

Foi o MGI quem propôs um termo de acordo, a todos os servidores públicos federais, se comprometendo a continuar negociando – pautas remuneratórias e não remuneratórias - na mesa específica. O governo federal não pode dizer que

desconhece os compromissos que assumiu com a categoria. Nem o MGI dizer que desconhece que o reajuste do vencimento básico é parte da pauta prioritária de reivindicações dos Auditores-Fiscais e não esteve, em nenhum momento, vinculado às negociações entre Ministério da Fazenda e Sindifisco Nacional sobre bônus de eficiência.

São dois os acordos descumpridos pelo governo federal com a categoria. Além da flagrante inadimplência do MGI em relação ao termo de acordo assinado com a categoria em abril, que garantia a abertura da Mesa Específica dos Auditores-Fiscais, também no termo de acordo sobre a regulamentação do bônus está formalizado que as demais pautas remuneratórias da categoria não estavam contempladas e ainda seriam objeto de discussão com o governo federal.

Portanto, a mobilização da categoria também é direcionada ao Ministério da Fazenda, para que ele apoie as reivindicações dos Auditores-Fiscais junto ao Ministério da Gestão e Inovação, pressionando pelo atendimento às nossas demandas.

Até que a negociação seja iniciada formalmente, em respeito ao acordado, não nos resta outra opção a não ser continuarmos mobilizados com ações cada vez mais intensas para que o governo, já advertido do alcance da nossa indignação, rememore também nossa força de luta. A Direção Nacional propõe, como se verá nos indicativos dessa assembleia, o engajamento total da categoria na realização de mais quatro Dias Sem Computador e Operação-Padrão.

A Direção Nacional propõe no **INDICATIVO 1** a manutenção dos **Dias Sem Computador também nos dias 17, 18, 24 e 25 de setembro**, além do dia 12 já aprovado na assembleia do dia 4/9. Nestes dias, todas Auditoras e Auditores-Fiscais não devem ligar os computadores, deixando assim de acessar todo e qualquer sistema da Receita Federal. **As orientações estão no ANEXO 1 destas Considerações.**

Para a Zona Primária, o **INDICATIVO 2** propõe a manutenção da **Operação-Padrão** nos dias **12, 13, 17, 18, 24 e 25 de setembro em todas as Aduanas**. As orientações estão no **ANEXO 1** destas Considerações.

Não iremos aceitar essa quebra de acordo e consideramos inadmissível nossa categoria ter o seu vencimento básico congelado desde 2016 – exceção aos 9% conquistados depois de muita pressão na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 2023. A mobilização da categoria é uma mensagem indiscutível de que estamos unidos e firmes nesse propósito. O comprometimento e a participação efetiva de todos os Auditores-Fiscais são fundamentais para o êxito da nossa mobilização.

A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE AOS INDICATIVOS 1 E 2.

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 11 DE SETEMBRO DE
2024**

(Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.)

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: ____

Indicativo 1 - Os Auditores-Fiscais aprovam a realização de Dias sem Computador - APAGÃO em 17, 18, 24 e 25 de setembro, datas em que os computadores não deverão ser ligados, de acordo com as orientações do **ANEXO 1**.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 2 - Os Auditores-Fiscais aprovam a realização de Operação-Padrão na Zona Primária nos dias 12, 13, 17, 18, 24 e 25 de setembro, de acordo com as orientações do **ANEXO 1**.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

ANEXO I

Orientações para Dias sem Computador e Operação-Padrão

Dias sem Computador – dias 12 (aprovado em 04/09), 17, 18, 24 e 25 de setembro:

- os computadores não deverão ser ligados;
- os relatórios de produtividade (RHAF, FRA, RIT etc.) não deverão ser preenchidos como se fossem dias normais; devem ser preenchidos utilizando-se o máximo de horas possíveis como estudos e outras tarefas não passíveis de metrificação, relacionadas ao processo de trabalho;
- as demandas judiciais deverão ser trabalhadas somente se houver risco de perda do prazo.

Operação-Padrão - dias 12, 13, 17, 18, 24 e 25 de setembro:

- Em qualquer caso, devem ser observados os tratamentos prioritários definidos pela legislação vigente.
- Os Auditores-Fiscais deverão priorizar a redução de riscos aduaneiros nas operações de importação, exportação, trânsito aduaneiro e remessas internacionais, inclusive antes do despacho aduaneiro e após o desembaraço, em sede de revisão aduaneira, em conformidade com o art. 237 da Constituição Federal, ainda que sejam substancialmente ultrapassados os tempos médios de liberação.
- Os Auditores-Fiscais devem buscar incrementar as atividades de verificação criteriosa de cargas antes do registro da DI, notadamente nos modais aéreo e marítimo, certificados ou não como OEA, preferencialmente em atuações conjunta entre colegas das EVR/Direp com colegas de Controle de Carga e Trânsito e/ou colegas do Gerenciamento de Riscos pré-despachos.
- Pré-despacho/vigilância e repressão - todos os modais: intensificar a vigilância em cargas com risco aduaneiro.
- Gerenciamento de riscos - importação e exportação: intensificar a seleção motivada de declarações de importação, de exportação, de remessas, com vistas à mitigação de riscos aduaneiros.
- Importação: efetuar conferência aduaneira com solicitação de Relatório de Verificação Física (RVF) abrangendo a totalidade da carga; intensificar a solicitação de laudos periciais.

- **Exportação/Importação:** efetuar pesagem e verificação física de 100% da carga e das unidades de transporte, evitando exportação de drogas, armas, junto das cargas.
- **Fiscalização pós-desembarço:** realizar, prioritariamente, revisão de estimativa das habilitações dos intervenientes, utilizando o prazo necessário e as exigências contidas na legislação, visando o combate à fraude no comércio exterior.
- **Vigilância e Repressão:** atuar exclusivamente em áreas de zona primária, intensificando operações especiais de combate ao contrabando, descaminho, evasão de divisas e tráfico de drogas, na exportação e importação, visando à proteção à saúde pública e à economia local, ainda que sejam substancialmente ultrapassados os tempos médios de liberação.
- **Programa OEA:** suspender a análise de requerimentos de certificação, o atendimento aos pontos de contato e a conclusão de novas etapas de trabalho atinentes a novos ARMs e OEA-Integrados; atuar com foco no Monitoramento e na Revalidação dos operadores já certificados bem como na manutenção dos OEA-Integrados e ARMs já existentes.